

O papel da ciência política no discurso científico brasileiro: institucionalização e avanços de uma área em construção

Emerson Urizzi Cervi¹

Introdução

O que distingue um campo científico cujo objeto é a sociedade e suas relações das demais formas de produção de conhecimento ou meio social, como o jornalismo, por exemplo, é a linguagem própria para transmissão do saber e o público a que se destina², que, por sua vez, é resultado das diferenças entre os métodos utilizados por jornalistas e por cientistas políticos na retratação da realidade (RAGIN, 1994). Este artigo tem o objetivo de discutir as principais características do processo de autonomização acadêmica e institucionalização da área de ciência política dentro do grande campo das ciências sociais³. O objeto de análise principal da ciência política – as relações de poder em sociedade – não é exclusivo dela, porém, a especificidade da linguagem que os politólogos usam para tratar da sociedade está na metodologia, nos métodos e nas distintas técnicas de abordagem e interpretação do objeto social. Nossa hipótese é que a identificação de estratégias metodológicas cada vez mais usadas por politólogos é o que permitiu a conformação do novo campo científico cerca de um século atrás.

O que distingue o discurso científico sobre a sociedade e suas relações de poder não é o seu objeto, mas sim a linguagem (a forma) e o público a que se destina o discurso científico. Da mesma maneira, existem diferenças linguístico-metodológicas internas aos campos científicos. Assim, o artigo busca indicar os limites da discussão sobre técnicas de análise e o quanto o avanço de um campo de conhecimento científico está vinculado, primeiramente, à capacidade de interpretar fenômenos estudados para os próprios integrantes da comunidade. Para isso, a abordagem é predominantemente cronológica, indicando as etapas pelas quais o discurso científico da política passou, no último século, que é quando se dá a institucionalização do campo autônomo de conhecimento da ciência política.

Os estudos sobre política nasceram na antiguidade tendo como objeto de análise as disputas pelo poder, se considerarmos os textos de Platão. Portanto, a identificação de um campo científico chamado de ciência política não constrange os estudos sobre política a esse campo. Assim como não se pode defender que todo discurso sobre as disputas de poder é dotado de características científicas. Ao longo

-
- 1 Professor associado do Departamento de Ciência Política da Universidade Federal do Paraná e professor permanente do Programa de Pós-Graduação em Ciência Política (PPGCP) e do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da mesma universidade.
 - 2 Versão inicial do texto foi apresentada na mesa “Fronteiras do Debate Metodológico em Ciências Sociais”, no Encontro Anual da Associação Nacional de Programas de Pós-Graduação em Ciências Sociais (Anpocs), em 2017.
 - 3 O autor agradece as críticas, correções e contribuições dos pareceristas anônimos, que colaboraram decisivamente para a versão final do texto apontando melhorias possíveis.

de mais de 25 séculos tem sido discutido o papel dos atores políticos, das instituições e dos processos de produção, concentração ou distribuição de poder político nas sociedades, portanto, muito antes de surgir a ciência tal como a conhecemos hoje. A maior parte da contribuição ao conhecimento humano sobre as relações de poder é teórico-filosófica, ou seja, são contribuições não científicas, pois a ciência como um todo, como a conhecemos hoje, tem pouco mais de 400 anos. Já a ciência política conta com um século, no máximo, de existência como disciplina científica autônoma. Ela surge apenas quando os pesquisadores começam a dispor de instrumentos metodológicos e informações sobre a realidade empírica de diferentes fontes para interpretar relações de poder entre indivíduos e por meio de instituições (MONROE, 1997). Portanto, não se pretende, aqui, limitar todo o conhecimento sobre as disputas de poder social ao discurso científico politológico, mas demarcar cronológica e institucionalmente a estruturação de uma nova forma de tratar das relações de poder: a do discurso científico com ênfase na empiria.

Partimos do princípio de que, na origem da disciplina, há uma inversão na forma de produzir conhecimento sobre as disputas de poder. Ao invés de, primeiro, formular teorias e depois validá-las na realidade, a ciência política, desde sua institucionalização como campo de conhecimento, começa pelos dados empíricos, analisa-os e, a partir dos resultados obtidos, formula suas teorias. Daí a centralidade da descrição, comparação empírica, estudos de caso e validação técnica dos dados para a formulação de postulados científicos pelos politólogos. Vale ressaltar que a ênfase na relação entre ciência política e empiria não exclui outros campos do conhecimento. A ciência política não é a primeira a fazer esse caminho, existiram outras antes, inclusive em campos de conhecimento que forneceram à

própria área os instrumentos metodológicos interdisciplinares necessários para a análise empírica dos fenômenos políticos no início do século XX.

De toda forma, a inversão do processo de produção do conhecimento pela ciência política teve dois grandes efeitos. O primeiro é que a disciplina abre mão da formulação de teorias generalizantes, como se dá em outros campos do conhecimento, pois a realidade fática que ela observa em seus estudos está em constante transformação. Não é que a Ciência Política não possa produzir generalizações, mas que isso não está entre seus objetivos principais. Uma explicação sobre determinado fenômeno em um lugar pode ser diferente sobre o mesmo fenômeno em outro espaço geográfico ou, até mesmo, no mesmo espaço, mas em diferentes momentos do tempo. O que o cientista político busca é a identificação de padrões e comportamentos empíricos em determinado momento e espaço para reformar ou ajustar teorias já existentes. Em outras palavras, a ciência política tem como ponto de partida que os fatos existem na realidade independentemente da presença do pesquisador e que, ao serem explicados nos estudos científicos, produzem-se novos conhecimentos sobre como se dão as disputas de poder político. Trata-se de uma ciência que objetiva os fatos da realidade como princípio, mas que não é constringida à simples descrição.

O outro efeito – e mais importante para o que nos interessa aqui – é o vínculo de origem entre ciência política e pesquisa empírica (HATEMI; BYRNE; MCDERMOTT, 2012). A inversão da ordem no processo de produção do conhecimento, partindo da realidade objetivada para as teorias, só é possível quando há centralidade de técnicas de pesquisa empírica, tanto pelas estratégias quantitativas quanto as qualitativas. No caso da ciência política isso aconteceu a partir de dois processos independentes e paralelos.

O primeiro foi a importação de métodos de pesquisa quantitativos e qualitativos⁴ de outros campos do conhecimento entre o final do século XIX e início do século XX. Sem as técnicas interdisciplinares, de disciplina fim – como psicologia social – ou disciplina meio – como estatística, por exemplo – seria mais lenta a consolidação da ciência política como campo próprio de conhecimento. Por outro lado, teria pouca validade a aplicação de técnicas interdisciplinares de pesquisa empírica se não houvesse, no campo da política, uma disponibilidade crescente de informações. Este segundo processo, acelerado no período pós-Segunda Guerra Mundial, é consequência da disponibilização de dados oficiais de governos e institutos privados sobre relações políticas. As técnicas avançadas de pesquisa empírica sobre fatos políticos teriam pouca importância se houvesse à disposição dos pesquisadores informações sobre a realidade desses fatos, os estudos sobre política continuariam sendo filosóficos e ensaístas conceituais sobre o tema. A discussão do processo de consolidação e do papel do debate metodológico interno ao campo de pesquisas será aprofundada a partir do próximo tópico. A seguir, o texto trata da institucionalização formal da ciência política no Brasil no primeiro quarto do século XXI e, depois, aborda-se o papel da metodologia na conformação da especificidade da politologia diante de outros campos de conhecimento sobre a sociedade.

Caracterização da área

A ciência política se tornou um campo de conhecimento e de pesquisas próprio, a partir

do momento que conseguiu instituir uma metodologia predominante para o tratamento dos objetos de pesquisa comuns a outras áreas, formou uma comunidade que compartilha uma linguagem própria para discutir e avançar nas pesquisas e conhecimentos produzidos (GOODIN; KLINGEMANN, 1996). É impossível localizar temporal e espacialmente o ponto seminal desse processo⁵. O que se pode dizer é que, desde o fim do século XIX, economistas, filósofos, sociólogos, juristas e psicólogos sociais já vinham estudando fenômenos típicos de suas áreas com novo olhar e uma tentativa de configuração de uma nova gramática – a da ciência política. Mas ainda faltavam dois elementos: a institucionalização formal e uma justificativa moral para a autonomização da ciência política como campo próprio de conhecimento. Os dois elementos coincidem com o final da primeira metade do século XX e são consequência direta da Segunda Guerra Mundial (ROSANVALLON, 2010). A Organização das Nações Unidas (ONU), logo em seu início, resolveu financiar pesquisas acadêmicas para identificar padrões culturais e o comportamento político do cidadão comum (tipo de estudo pouco usual à época), o que começou a promover a institucionalização do novo campo científico. Isso tinha como justificativa a necessidade de entender o cidadão comum nas sociedades contemporâneas a fim de prevenir uma nova onda de guerra total. A justificativa moral para a institucionalização da ciência política está ligada a uma militância em favor de valores democráticos ao mesmo tempo que se defende uma neutralidade em relação a valores normativos (ALCÁNTARA, 2017).

4 Não é objetivo, aqui, discutir especificidades de cada um desses conjuntos de técnicas de pesquisas. Para uma apresentação detalhada das características próprias e do potencial de complementaridade entre técnicas quantitativas e qualitativas, ver Günter (2006) e Mahoney (2006).

5 Um indicador da conformação de uma área autônoma institucionalizada é o surgimento de manuais específicos da área, como pode ser visto em Pinto (1995), Caminal (1996) e Vallés e Martí (2015).

São representantes dessa primeira geração David Easton e Gabriel Almond, que recebem financiamentos da ONU para iniciar suas pesquisas no novo campo de conhecimento. O primeiro produz um estudo sobre a organização inicial da ciência política (EASTON, 1953), enquanto o segundo dá início às estratégias metodológicas de uso de *surveys* para identificação de padrões de comportamento e cultura política (ALMOND, 1990).

Com a ciência política, as afirmações sobre a disputa de poder político passaram a ser sustentadas por dados do mundo empírico. Isso gera uma primeira necessidade – essencial para a autonomização do campo de conhecimento – que é a incorporação de diferentes técnicas de pesquisa empírica originadas em outras áreas, principalmente a estatística, com todos os conjuntos de técnicas produzidos por elas para análise de dados micro (individuais ou de grupos, como elites) ou macrodados (agregados geográficos, comportamento de massa ou efeito de ordem temporal, por exemplo). Assim, a ciência política nasce tendo como objeto central de análise o mundo empírico das disputas de poder (BARREDA; RODRÍGUEZ, 2016).

Mas, para que a autonomização do campo da ciência política se concretizasse no século XX, foi necessária a ocorrência de dois fatores, um interno e outro externo ao próprio campo, sem os quais não seria possível definir essa nova disciplina de estudos empíricos sobre disputas de poder político. O fator externo é a disponibilização de dados sobre governos e sociedade. Um campo de conhecimento que se define como originalmente ligado a estudos empíricos de determinada realidade só pode existir se houver informações disponíveis. No início do século

XX, agências públicas e instituições privadas começam a produzir e tornar públicas informações sobre governos, sociedades e países de maneira sistemática. Tal prática se intensifica após a Segunda Guerra Mundial, quando países democráticos estabeleceram políticas de maior visibilidade da ação de seus governantes visando evitar o surgimento de novos líderes demagogos. O objetivo desse tipo de política inédita, até então, na história era informar as populações para torná-las menos vulneráveis aos discursos de lideranças individuais (CASTELLS, 2009).

O segundo aspecto, de ordem interna, é a ideia de que os fatos existem na realidade, independentemente do que pensam os pesquisadores. Essa ideia permitiu que cientistas políticos assumissem a responsabilidade de acessar, descrever, relacionar e fazer inferências a partir de dados do mundo empírico, usando métodos de pesquisa até então pouco comuns nos demais campos de conhecimento anteriores à ciência política (COLOMER, 2009). Essa centralidade nos objetos empíricos rendeu aos cientistas políticos a “acusação” de serem positivistas, como se fosse uma deficiência intelectual (GERRING, 2006). Para o desenvolvimento da ciência política, mais relevante do que se aproximar ou não do positivismo⁶ clássico tem sido o uso indevido ou inadequado das técnicas de análise importadas de outros campos de conhecimento, sem as devidas ressalvas ou adaptações necessárias ao objeto da política (ALCÁNTARA, 1993). A excessiva especificação de modelos estatísticos impróprios para os objetos de análise empírica da política podem afastar a ciência política de sua origem, que é a realidade política e não os resultados matemáticos dos modelos explicativos. A transformação de dados da

6 Para mais informações sobre a crítica ao positivismo da pesquisa empírica na ciência política do século XX, ver debate a respeito do Círculo de Viena, a Thomas Kuhn e Karl Popper, em McEwen (1963) e Schlick (1978).

realidade em números para modelos estatísticos de análises não é um fim em si mesma, mas um meio para se descrever com mais precisão o mundo empírico que move os estudos de ciência política.

O objeto específico de atenção dos estudos sobre a política é o poder e o processo de tomada de decisões em função do poder. Trata-se de um campo de pesquisas que analisa principalmente o exercício, a distribuição e organização do poder em dada sociedade, país ou qualquer grupo humano (AVILÉS, 2010). Desde o final do século XIX, quando a ciência política começou a se distinguir das demais disciplinas, um dos pontos principais dessa diferenciação foi a adoção de técnicas de análise do mundo real pelos cientistas. Na ciência política do século XXI, se passou a fazer cada vez mais estudos a partir de hipóteses iniciais com objetivo de formular teorias, e não o contrário – partir das teorias já formuladas para testá-las na realidade. Assim, é possível simplesmente analisar determinados fatos, descrevendo-os à exaustão, para buscar respostas concretas sobre a realidade. Essa forma de produção de conhecimento é muito distinta do que conhecemos como filosofia ou teoria política (SKINNER, 2013).

Um dos pontos de partida da filosofia política é a chamada *clássica*, representada pelos greco-romanos, em especial por Platão (427 a 348 a.C.), Aristóteles (334 a 322 a.C.), Cícero (106 a 43 a.C.) e Plutarco (46 a 119 d.C.). No intervalo de 500 anos entre Platão e Plutarco, os pensadores tinham como principal objeto de atenção os atores políticos. Dava-se importância às características dos líderes, que eram capazes de moldar, reformar ou até mesmo refundar instituições políticas. Os períodos ditatoriais e as fases democráticas das cidades-estados da antiguidade seriam resultado de traços característicos dos líderes de cada momento. Pensar na formação de bons líderes era fundamental para manter

um sistema político saudável, defendia Platão, por exemplo. Alcántara (1993) lembra que os autores da modernidade, que recuperaram o pensamento antigo, deram continuidade na atenção aos indivíduos como agente político. É o caso de Erasmo de Roterdã (1466 a 1536) e Maquiavel (1469 a 1527), entre outros europeus da modernidade. Em comum eles têm o fato de considerarem que as instituições se adaptam aos líderes ou que elas podem ser usadas em favor dos interesses dos líderes. Mais importante do que isso é o fato de que nesse período da filosofia política, os líderes adaptam as experiências que têm na esfera privada para as práticas em espaços públicos ou estatais. A única formação específica para o líder, segundo os filósofos políticos desses dois períodos (da antiguidade à modernidade), é a oratória (ALCÁNTARA, 2012).

Para a filosofia política da primeira fase da modernidade o que importa é entender como determinadas características individuais conseguem promover o acúmulo de poder político. O líder é quem mobiliza as pessoas, e não as instituições. Isso vale tanto para os realistas, como Erasmo de Roterdã, quanto para os normativos, como Maquiavel. Cerca de um século depois os filósofos políticos começam a se preocupar com o papel das instituições nas explicações sobre o acúmulo de poder. É nesse período que ganha importância a análise do direito, das formas de alterar e estabilizar as regras institucionais e, pela primeira vez, discute-se o equilíbrio entre diferentes poderes como forma de garantir a manutenção das sociedades políticas (ALCÁNTARA, 1993). Destacam-se Thomas Hobbes (1588 a 1679), John Locke (1632 a 1704), Montesquieu (1689 a 1755), Jean Jacques Rousseau (1712 a 1778) e, mais tarde, Tocqueville (1805 a 1859). Ainda que com diferentes abordagens sobre o papel das instituições, todos esses pensadores deram mais importância à configuração das regras

e estruturas políticas⁷ do que aos próprios atores. Caberia aos líderes políticos aprenderem a atuar politicamente dentro das instituições para conseguirem representar seus interesses. Em comum entre os autores está a predominância das abordagens normativas/prescritivas em detrimento da descrição da realidade. A exceção é Tocqueville (1998), que se propõe a explicar o funcionamento da democracia após conhecer instituições democráticas em diferentes países. Mas isso pode ser explicado pela distância temporal. Tocqueville está mais próximo dos autores que começam a se preocupar com a descrição da realidade no século XIX do que dos clássicos do século XVII.

No final do século XIX e início do XX, já inseridos no processo de descolamento entre filosofia e ciência política, os autores voltam a colocar o agente político no centro das atenções. Destacam-se Gustave Le Bon (1841 a 1931), Vilfredo Pareto (1848 a 1923), Gaetano Mosca (1858 a 1941), Robert Michels (1876 a 1936), Ortega y Gasset (1883 a 1955), Walter Lippmann (1889 a 1974) e Charles Wright Mills (1916 a 1962) nesse tipo de abordagem. Para eles, no geral, a elite política é um grupo específico, porém, nem muito exclusivo, nem muito acessível. Os integrantes dessa elite precisam usar experiência, tradições e um código profissional próprio para se manter no grupo que consegue controlar as instituições e concentrar o poder político (ALCÁNTARA, 2012). Um ponto comum das pesquisas sobre política nesse período é a crescente atenção dada pelos autores aos aspectos do mundo empírico e a prática cada vez mais corrente de só propor uma teoria depois de ter testado as hipóteses em uma realidade objetiva.

O reconhecimento da centralidade do subcampo da metodologia para a ciência política é tão importante quanto a identificação de excessos gerados pelo uso de técnicas de pesquisa empírica importadas de outros campos para a descrição ou predição de objetos específicos da política. Uma crítica contundente a esses excessos foi feita por Giovanni Sartori em conferência à Universidade de Columbia, em 2004, sob o título “Where is political science going?”, publicada posteriormente pela revista *Política y Gobierno*. Para ele, enquanto a ciência política se sustenta apenas em modelos estatísticos, cada vez mais abstratos e distantes da realidade fática, será um gigante crescendo sobre pés de barro (SARTORI, 2004). No Brasil, uma boa crítica sobre o distanciamento da ciência política de seu objeto empírico específico em função de pouco conhecimento metodológico específico pode ser encontrada em Reis (1991).

Assim, não apenas o objeto inicial da ciência, mas também sua justificativa como campo autônomo de conhecimento, passam a ser, a partir de 1950, os avanços na democracia, a reconfiguração do público, a revalorização da sociedade como agente político e dos direitos universais como liberdade e igualdade (HUNTINGTON, 1996). Mais especificamente, análises de mecanismos de representação tais como eleições, partidos, instituições e comportamento político são os primeiros objetos da gramática própria da ciência política (REIS, 1978; SIMÃO, 1956; SOARES, 1961). Como disciplina acadêmica, a ciência política é tributária de disciplinas clássicas como filosofia, economia, direito, história, sociologia e psicologia, principalmente. O que a torna autônoma em relação às áreas

7 Aqui usamos o termo “estruturas políticas” para representar o conjunto de instituições específicas da arena política, tais como governo, parlamento, partidos políticos etc. e que são as responsáveis em última análise para a organização e funcionamento do corpo político na sociedade.

originárias é a construção de uma metodologia com vocação predominantemente empírica e o uso de instrumentos de medição dos fenômenos humanos menos centrais naquelas disciplinas. A ciência política pode ser definida como uma disciplina, a partir da segunda metade do século XX, que utiliza métodos concretos para interpretar comportamentos individuais e agregados em instituições especializadas na representação política dentro do Estado ou em instituições societais. As questões metodológicas são centrais para a área desde sua origem, como é possível perceber em Linz (1987), Ragin (1994) e Sartori (2002).

March e Olsen (1984) chamam atenção para cinco estilos de abordagem próprios da ciência política do século XX: (1) estilo contextual, interessado em integrar a política à sociedade; (2) reducionista, com uma visão dos comportamentos políticos individuais; (3) estilo utilitário, que trata a ação como o produto de interesse próprio; (4) estilo funcionalista, que se interessa com a história dos mecanismos eficazes para alcançar o equilíbrio; e (5) estilo instrumentalista, que define processos de tomada de decisão e apropriação de recursos como central para a vida política. As transformações pelas quais passou a sociedade, com evolução tecnológica, crises econômicas estruturais e ameaças à democracia, também resultaram em novos desafios para a ciência política (LIJPHART, 1989; HAN, 2012).

A nova maneira de produzir conhecimento sobre a disputa de poder político recebeu um grande estímulo no período pós-Segunda Guerra Mundial (AVILÉS, 2010). Foi quando as disputas pelo poder tornavam-se mais explícitas em escala mundial. Além disso, cresceu a escala de informação disponível sobre governos, o mundo experimentou a expansão da produção em massa de bens de consumo; houve inclusão em massa de faixas da sociedade no mercado urbano de consumo e de direitos políticos, com maior interação e

participação nas decisões que envolviam a política, em especial nas democracias ocidentais.

A aproximação entre discurso científico e dados da realidade para explicar as disputas de poder político cresce após a Segunda Guerra Mundial, quando o tema da sustentabilidade democrática ganha espaço. Cresce nos meios acadêmicos a ideia de estudar os agentes sociais como agentes políticos relevantes diante dos agentes estatais e dos agentes econômicos. Nesse período consolida-se a linha de pesquisas que considera a ação coletiva como uma das explicações necessárias para o fenômeno da disputa pelo poder, ou seja, a ação humana coletiva impulsionada por uma engenharia institucional que a valorize ganha espaço entre os cientistas políticos. O constructo “poliarquia”, de Robert Dahl (1961), é um dos exemplos resultantes das pesquisas desse período, já baseadas em fontes empíricas. Quando se pergunta “Quem Governa?”, Dahl (1961) vai buscar respostas na dinâmica política dos atores de uma pequena cidade dos Estados Unidos: New Haven. Ele usa dezenas de fontes de informações de mais de um século a respeito das disputas de poder, desigualdade e influências pessoais ou de grupos de interesse nas decisões políticas (DAHL, 1961). Mais ou menos no mesmo período, em 1975, na Europa, Susan Pharr e Robert Putnam (2000) recebem a encomenda de estudar a dinâmica política, em especial os desafios da democracia no século XX. Eles fazem isso a partir dos eixos *Estado*, *Economia* e *Sociedade*, usando dados disponibilizados por governos, aliados a informações de *surveys*. Pharr e Putnam (2000) percebem a relevância da cultura política para a explicação dos fenômenos de disputa de poder. Putnam deu continuidade a essa linha de pesquisa em estudo posterior apresentando uma tipologia para a cultura política em diferentes regiões da Itália (PUTNAM, 1996).

As ideias de participação ou isolamento em relação às práticas democráticas

institucionalizadas passam a ser estudadas, a partir de então, pela linha da cultura política (ALCÁNTARA, 2012). A informação sobre um crescimento na descrença à democracia coloca o indivíduo – não necessariamente o líder político – no centro da atenção dos cientistas políticos. É nesse contexto que Pharr e Putnam (2000) publicam trabalho sobre a crescente insatisfação com a democracia em países ricos, usando dados de *surveys* e outras fontes de países da Europa Central, Estados Unidos, Canadá e Japão (PHARR; PUTNAM, 2000). Outros estudos empíricos sobre política no mesmo período podem ser encontrados em Campbell et al. (1966), Fiorina (1981), Cain et al. (1987), Popkin (1991), Page e Shapiro (1992) e em Brennan e Lomasky (1993). No Brasil também foram produzidos estudos empíricos sobre a realidade política local já na metade do século XX (FIGUEIREDO, 1991; LAMOUNIER; CARDOSO, 1978; LAVAREDA, 1999; REIS, 1978; SIMÃO, 1956; SOARES, 1961, 2001). Em todos os casos parte-se de informações da realidade, que não estão sob o controle do pesquisador, para formular análises e, posteriormente, conclusões descritivas.

Além da disponibilidade de informações macrosociais de governos e países, nos anos 1960, a incorporação do behaviorismo e, principalmente, as técnicas de pesquisas comportamentalistas⁸ do campo da psicologia para o

das práticas políticas deram novo avanço à pesquisa empírica da ciência política (CHARNEY; ENGLISH, 2012). Desde então cientistas políticos vêm desenvolvendo instrumentos metodológicos tanto para pesquisas dos macrodados quanto com microdados⁹. Na década seguinte, nos anos 1970, a incorporação de técnicas quantitativas usadas principalmente em modelagens originais de áreas ligadas à economia, somadas aos métodos da psicologia social, permitiram o desenvolvimento de uma importante corrente de pesquisa da ciência política daquele período: a *rational choice*¹⁰. A teoria da escolha racional ainda é considerada o ápice da pesquisa empírica a partir de microdados e uma das experiências mais bem-sucedidas em produção de um arcabouço teórico a partir de análises do comportamento observado (CALVERT, 1995; MERRILL III; GROFMAN, 1999; OSTROM, 2005; SHEPSLE; BONCHEK, 1997; TSEBELIS, 2002). O avanço da ciência política se dá com a crescente disponibilização de dados de governos e de institutos privados e universitários de pesquisa individual, os *surveys*. Avilés (2010) lembra que, enquanto a filosofia política manteve-se, predominantemente e não de forma exclusiva, fazendo a narrativa dos fatos, o direito analisando a ação política em determinados marcos legais e a sociologia adaptando as grandes teorias às novas realidades sociais, a ciência política aprofundou-se na descrição e

8 O comportamentalismo é uma corrente teórica da psicologia social norte-americana com grande influência sobre as explicações de fenômenos sociais e políticos nas décadas de 1960 e 1970. Postula o estudo do comportamento social dos indivíduos como a melhor forma para explicar fenômenos sociais. Um dos principais representantes dessa escola para o uso das técnicas comportamentais nos estudos políticos foi Skinner (2003).

9 Adota-se, aqui, a definição de que microdados são aqueles que podem ser apreendidos diretamente dos respondentes às pesquisas, dizem respeito às características pessoais e, portanto, podem ser individualizadas até o nível microssocial. Já os macrodados são aqueles que dizem respeito a agregados de pessoas, portanto, não sendo possível, a partir deles, conhecer as preferências individuais. Eles dizem respeito ao comportamento agregado que, em última análise, não pode ser identificado em nenhum indivíduo isolado.

10 O texto não pretende fazer uma discussão exaustiva das características da *rational choice* como escola teórica aplicada à ciência política do século XX. A “novidade” dessa escola que nos interessa aqui é a consideração de que os agentes políticos atuam em favor de seus interesses, buscando a maximização de resultados em suas ações. Para uma crítica à aplicação dos conceitos de *rational choice* à ciência política, ver Green e Shapiro (1994).

verificação dos dados da realidade¹¹. Para tanto ela contou com a introdução de técnicas de pesquisa empírica interdisciplinares, que deram corpo à pesquisa com dados da realidade pelos cientistas políticos (MCEWEN, 1963).

Há quase três décadas o debate na ciência política se dá em termos epistemológicos e metodológicos. Trata-se de um tipo específico de conhecimento afetado por valores (ALMOND, 1990), contexto (NOHLEN, 2007) ou instituições. Para além desse debate epistemológico, se dá a sedimentação do campo de conhecimento em instituições formais, linhas de investigação, financiamento de pesquisas e redes colaborativas. A isso tudo se dá o nome de institucionalização da área, que acontece por etapas. No primeiro momento, o da instalação do campo de conhecimento autônomo, predomina a ortodoxia da abordagem. É o que Alcántara (2017) chama de a época de ouro da ciência política. Com um gap temporal de aproximadamente meio século, o processo de institucionalização da ciência política no Brasil ganha força na virada do século XX para o XXI.

No caso específico brasileiro¹², essa etapa dura praticamente todo o último terço do século XX, quando começa a se institucionalizar em programas acadêmicos organizados e desenvolvidos em ambientes universitários. Também houve um significativo crescimento no número de revistas acadêmicas especializadas na área no início do século XXI¹³. Entre

2010 e 2012 existiam 933 revistas avaliadas pela área de ciência política e relações internacionais na Capes. Dessas, 255 (24,11%) eram consideradas qualificadas, ou seja, com características adequadas a revistas acadêmicas. Já no período de 2013 a 2016 o número de títulos avaliados já era de 1.306, sendo 351 (26,8%) qualificadas¹⁴.

A pós-graduação, ao contrário das áreas tradicionais de conhecimento, é o espaço natural da institucionalização da ciência política no Brasil. O crescimento no número de programas de pós-graduação nessa área, no país, também é notável na última década. Entre 2008 e 2010 o Brasil tinha 2.380 programas de pós-graduação em todas as áreas e conhecimento. A ciência política apresentava 26 programas de pós-graduação no país (1,09% do total). No período seguinte, entre 2011 e 2013, a área da ciência política e relações internacionais já possuía 32 programas de pós-graduação. No entanto, a participação no total da pós-graduação brasileira caiu naquele período para 0,95%, pois o total de programas de pós-graduação no país tinha subido para 3.337. O mais recente período de avaliação (2013 a 2016) mostrou novo crescimento da área de ciência política acima da média nacional de pós-graduação. Eram 43 programas em ciência política e relações internacionais (1,02% do total de programas do país), embora maior participação que no período anterior, ainda abaixo da participação que tinha entre

11 Para não parecer que aqui se subestima a importância do behaviorismo na autonomização da área, sugiro a discussão realizada por John Gunnell (1988) a respeito do tema. Para eles, o behaviorismo teve papel fundamental para a consolidação do perfil empírico da ciência política, em especial nos Estados Unidos. O tema também é tratado por Feres (2000).

12 Para uma visão sobre o processo de institucionalização da ciência política em outros países da América Latina, ver Betancur e Mancebo (2017) e Relacip (2010).

13 Todas as informações quantitativas desta seção foram copiladas a partir do portal de avaliações quadriennais da Capes, disponível em: <<https://bit.ly/2vRDLmv>>.

14 O critério para avaliação de uma revista acadêmica por uma área da Capes é que pelo menos um professor de programa de pós-graduação credenciado à área tenha publicado um artigo no periódico durante o período de avaliação.

2008 e 2010. O total de programas de pós-graduação brasileiros apresentou um número de 4.175. Na última década a institucionalização da pós-graduação como campo específico de conhecimento acompanhou o avanço no número de periódicos acadêmicos e de programas de pós-graduação do país.

Com a institucionalização, o passo seguinte é a abertura para uma pluralidade maior de temas de pesquisa e abordagens mais heterodoxas. Por exemplo, o tema das identidades, antes mais próximo das pesquisas em antropologia, passou a integrar a agenda de politólogos quando discutem novas formas de identificação política em substituição à tradicional identidade partidária (TANAKA; DARGENT, 2015). A crise econômica iniciada em 2008 no hemisfério norte também contribuiu para a apresentação de novos temas à agenda de pesquisas, como globalização, desigualdades regionais, protecionismo, xenofobia no discurso político, extremismos no debate público e – talvez o mais presente – novas formas de populismos (ALCÁNTARA, 2017)¹⁵.

Os dados – a matéria prima da ciência que tem como vocação a empiria, descrevem fatos – ocorrências, características institucionais a partir de representações simbólicas tanto

quanto qualitativas. As fontes tradicionais desses dados no século passado eram os censos e as pesquisas amostrais que, em um estágio mais avançado, vinham sendo organizados em observatórios políticos, permitindo que as abordagens dos fenômenos passassem de diacrônicas para sincrônicas. Além da maior quantidade de dados disponíveis atualmente, há também novas dimensões analíticas, tais como as análises de sentimentos a partir de manifestações públicas em conversações de redes sociais on-line, além das explorações sobre as novas formas de ativismo político, inclusive aqueles que são declaradamente destinadas a confrontar instituições políticas tradicionais, como o WikiLeaks¹⁶.

A centralidade do subcampo metodologia, em especial as técnicas interdisciplinares de pesquisa, é considerada aqui o ponto de partida para a ciência política como campo de conhecimento próprio. Uma distinção detalhada entre ciência política moderna e os campos predecessores de análise política pode ser encontrada no verbete “Ciência Política”, de Bobbio (1998). Nesse sentido, o que caracteriza a adoção de técnicas de diferentes áreas é a fragmentação dos instrumentos metodológicos utilizados. Essa característica tem pontos positivos e negativos (KING,

15 Para além do campo das crises agudas, a evolução tecnológica gradual que alcança o ápice na virada do século XX para o XXI também trouxe novos desafios aos cientistas políticos. O aumento da capacidade de obtenção de informações, maior transparência de governos e disponibilidade de dados por instituições na rede mundial de computadores fez que a tradicional preocupação sobre o que fazer com a falta de informações fosse rapidamente substituída por o que fazer para selecionar os dados disponíveis (ALCÁNTARA, 2017). A internet e o Big Data são considerados a quarta revolução industrial e, como as anteriores (vapor, eletricidade e informática), também provocam mudanças estruturais nas relações políticas (GRAY et al., 2015; KITCHIN, 2014).

16 Também existem novos problemas a serem considerados. A captura de informações confiáveis é fundamental para qualquer disciplina com vocação empírica. *Data Mining* passa a ser ferramenta indispensável para os cientistas políticos do século XXI (QUAN-HAASE; MARTIN; MCCAY-PEET, 2015). Além disso, aquele primeiro objetivo da ciência política como disciplina autônoma, que era identificar, descrever e caracterizar o “demos”, empiricamente enfrenta um desafio adicional nos novos cenários de debate via internet. Não é tão simples distinguir o participante real do debate, o cidadão-usuário da internet, das ferramentas tecnológicas que replicam ou imitam debatedores. Os robôs, *trolls* e outros precisam ser separados do “demos” para uma adequada descrição do debate público digital. Mais que acumular informações, o importante é saber o que elas representam de fato e para que elas servem. Que fenômenos explicam, de fato? Assim, as estratégias metodológicas ganham ainda mais importância.

1991). A adaptação de técnicas de pesquisa de outras áreas para a ciência política oferece condições para a descrição de fenômenos até então pouco explorados. No entanto, é preciso cuidado com a excessiva especialização de técnicas, que podem resultar em uma inversão de valores: os instrumentos metodológicos passam de meios para fins em si mesmos. Um exemplo desse risco é citado por King (1991), ao tratar dos modelos estatísticos aplicados à ciência política. Segundo o autor, esses modelos precisam ser usados para representar principalmente a essência da política, e não para dar centralidade aos mecanismos matemáticos de análise.

Os métodos quantitativos na ciência política

O objeto específico deste artigo, o subconjunto das estratégias de abordagem e técnicas de pesquisa empírica usadas na ciência política, chamado de métodos quantitativos, vem sendo discutido por metodólogos da área há mais de meio século (CARMINES; ZELLER, 1979; DAVIS, 1976; KENDALL; LAZARSELD, 1950; ROSENBERG, 1971), não sendo, portanto, um tema novo ou que possa ser esgotado aqui. Podemos definir a análise quantitativa como aquela que envolve uma coleção de dados ou informações representados por número e que indicam alguma característica do objeto de pesquisa. Esses números podem ser duração de períodos, quantidades, taxas ou escalas (GARWOOD, 2006). As quantidades podem ser medidas diretamente, por exemplo, quantidade de votos, ou de forma indireta, por exemplo, quantidade de adesão à democracia. Existem diferentes modos de

coleta dessas informações, e a maneira como isso acontece é importante, pois definirá a capacidade de extrapolação dos resultados em um estudo, sendo essa uma etapa fundamental para qualquer pesquisa empírica¹⁷.

Os dados usados em pesquisas empíricas podem ser coletados em seus ambientes naturais, sem nenhum tipo de controle, de toda população ou apenas a partir de uma amostra específica. As informações obtidas em ambientes naturais oferecem maior precisão e detalhamento. Também são os que requerem maior trabalho, pois o descontrole das fontes impede a validação de dados em muitos casos. Outra forma de coleta de informações é em ambientes semicontrolados, em que não há total domínio sobre todas as variáveis, mas o pesquisador é capaz de dar alguns estímulos específicos para avaliar respostas obtidas. A terceira forma de obter informações em pesquisas quantitativas é a partir de experiências realizadas em laboratório, totalmente controladas pelo pesquisador. Esse tipo de trabalho é raro em ciência política, pois a escala exigida, normalmente, em estudos sobre política é bem maior que a escala de trabalhos desenvolvidos em laboratórios (GARWOOD, 2006). A vantagem nesse tipo de coleta de dados é o total controle sobre todas as variáveis envolvidas. A desvantagem é a dificuldade em replicar os resultados nos ambientes sociais, fora dos laboratórios.

Nem sempre as reações e comportamentos registrados em ambientes totalmente controlados são replicados em sociedade. Conhecendo essa limitação, pesquisas recentes têm transferido as técnicas de experimentos de outras áreas para o campo da ciência política, em especial a partir de Druckman et al. (2011). No Brasil, os primeiros trabalhos publicados

17 Ainda que não seja objetivo do artigo apresentar a evolução do debate quanti-quali na ciência política, é preciso considerar sua relevância quando se trata de apresentar o subcampo da metodologia na ciência política. Sobre a discussão original a respeito do tema, sugiro King, Keohane, e Verba (1994) e Mahoney e Goertz (2006). Sobre como essa discussão vem sendo tratada no Brasil, ver Soares (2005) e Cano (2012).

a partir do conjunto de técnicas de experimentos controlados são os de Porto (2007), Turgeon e Rennó (2010) e Turgeon, Chaves e Wives (2014).

Mais importante que utilizar modelos matematicamente sofisticados é não perder de vista a necessidade de relacioná-los a uma teoria ou conceito da ciência política (KING, 1991). Sem isso, a descrição se distancia tanto da realidade que deixa de fazer sentido como explicação empírica e se aproxima de campos de conhecimento que não têm a finalidade de descrever as relações de poder político, tais como a estatística ou a matemática. Em pesquisas que usam métodos quantitativos, as características estudadas são chamadas de variáveis (dado que constantes não são capazes de explicar a ocorrência de fenômenos políticos, pois não variam) e representadas por números. As análises, técnicas e modelos são sempre a respeito dos números que representam as variáveis, e não sobre as características diretamente. Por isso pesquisadores precisam estar atentos para evitar que resultados de suas pesquisas fiquem restritos aos números/modelos estatísticos, que são meio de representação, e não o fenômeno político propriamente dito.

Uma das principais características da análise quantitativa é sua associação com uma epistemologia realista, partindo do princípio de que o conhecimento serve para aproximar as pessoas daquilo que existe no mundo empírico, conhecendo seus detalhes e, às vezes, as causas. Parte-se do princípio de que as coisas existem no mundo e que elas podem ser medidas e descritas cientificamente (GARWOOD, 2006). Dentre as técnicas quantitativas, as estatísticas

descritivas ocupam lugar de destaque na ciência política, pois são usadas para ilustrar e sumarizar “achados” da realidade. Também são capazes de identificar relações entre diferentes variáveis, como os diferentes coeficientes de correlação entre duas ou mais variáveis. Para além das descrições, ainda existem as técnicas inferenciais¹⁸, que permitem identificar efeitos distintos de diferentes intervenções. As mais comuns são a análise de variância, covariância e variância multivariada.

Seguindo o que propõe King (1991) há pelo menos dois grandes conjuntos de abordagens empíricas na ciência política. A primeira é o que chama de *inferência ecológica*, em que, a partir do método estocástico, se fazem inferências sobre dados individuais não observados. Aqui, espera-se que as explicações estejam no microcosmo político, em nível individual, que dificilmente pode ser apreendido diretamente em toda sua complexidade. Por isso a necessidade de inferir sobre dados não conhecidos. Por exemplo, a explicação da decisão de voto a partir do nível de escolaridade dos eleitores. Não é necessário conhecer a escolaridade de todos os eleitores para saber que existem padrões microsociais que relacionam o nível de escolaridade ao processo de decisão de voto. Evidentemente essa não é a única variável que define o voto, logo, é preciso considerar os efeitos de variações macro, porém, o que se busca aqui são os micro padrões gerais.

A segunda abordagem é chamada de estratégia de análise de *variação e autocorrelação espacial*, para quando se aplicam conceitos que valem para tudo que está presente em uma unidade espacial qualquer. Nesse caso,

18 A definição de inferência usada aqui é a de que se trata da parte da estatística que busca identificar características de uma população não conhecida a partir de uma amostra conhecida e representativa dessa população. Para tanto, é preciso respeitar os pressupostos para a inferência a partir de uma amostra. O principal deles é a distribuição normal (em forma de curva de Gauss) dos casos na amostra, pois só é possível avaliar a probabilidade de ocorrência de determinado fenômeno ao acaso se a distribuição observada não apresentar nenhuma tendência. Para mais detalhes, ver Epstein e King (2002).

a unidade macro é usada para explicar determinado fenômeno (EPSTEIN; KING, 2002). Na autocorrelação espacial, por exemplo, espera-se encontrar alguma associação entre os votos de eleitores que vivem em periferias de grandes cidades. Aqui, não se busca explicar motivações individuais e é preciso considerar que nem todos os moradores de determinada região votarão da mesma forma. Não se quer entender a decisão individual, mas sim os padrões gerais – macrossociais – relacionados a determinado território geográfico com características próprias. Assim como o tempo percorrido pode ser uma variável explicativa importante em processos políticos, por exemplo (MORETIN; TOLOI, 2004). Mudanças em resultados de mesmos processos ocorridos em momentos distintos podem ser conseqüências do acúmulo de experiência ou informações pelos atores políticos.

Sempre que se usam modelos probabilísticos para explicar fenômenos políticos, por exemplo, é preciso considerar que eles dependem da teoria inferencial. Portanto, não faz sentido a aplicação desses modelos em pesquisas nas quais se pretende promover uma descrição ou quando não há uma amostra representativa da população. A metodologia empírica passa a ser um problema para a ciência política quando pesquisas quantitativas apresentam menos de política e mais de estatística (KING, 1986).

Um processo estocástico é definido em estatística como aquele que tem origem não determinística, ou seja, baseado em eventos aleatórios. Em outras palavras, é um conjunto de variáveis aleatórias com as mesmas chances de ocorrências em um mesmo espaço probabilístico (MORETTIN; TOLOI, 2004). King (1991) oferece algumas sugestões para evitar excessos em pesquisas empíricas. Em primeiro lugar, é preciso dar atenção à teoria inferencial e só usá-la quando for necessária. Segundo, reconhecer que as modelagens estocásticas

são mais sofisticadas, dado que os fenômenos políticos acontecem ao longo de períodos temporais. E, em complemento, a estatística descritiva e os elementos gráficos devem ter preferência, pois oferecem mais substância às análises quantitativas dos fenômenos reais a serem descritos.

Como todo conjunto de técnicas, a pesquisa quantitativa tem seus pontos fortes e fracos. Seu principal ponto positivo é produzir conhecimento cumulativo sobre o mundo e o comportamento humano. O ponto fraco das técnicas quantitativas deve-se ao fato de que muitos dados disponíveis não necessariamente representam aquilo que o pesquisador pretende analisar (GARWOOD, 2006). De qualquer maneira, os métodos quantitativos ainda são a melhor alternativa quando o pesquisador dispõe de dados da realidade e pretende testar uma hipótese teórica a respeito das relações empíricas entre diferentes variáveis. Com esse conjunto de técnicas é possível formular questões e testá-las estatisticamente, ou seja, testar a validade estatística das relações entre as variáveis. Uma vez utilizadas técnicas estatísticas para testar associações empíricas, é possível, em alguns casos, generalizar os resultados de estudos feitos em amostras representativas.

King e Powell (2008), em trabalho com o sugestivo título *How to not lie without statistics*, afirmam que a meta do cientista político é descrever, explicar e às vezes contribuir na formulação, implementação e avaliação de resultados de políticas públicas. Para eles, não há oposição entre teoria e empiria, dado que quanto mais “criatividade teórica”, maior a possibilidade de validação empírica (duas décadas antes, em 1985, Garry King havia apresentado em forma de conferência a primeira parte dessa discussão, intitulada *How not lie with statistics: avoiding common mistakes in quantitative political science*). Outros autores que também discutem o papel da metodologia para a ciência política no mesmo período são Ragin (1994);

Babbie (2005) e Gerring (2006). Para eles, a principal diferença entre a ciência política e os campos de conhecimento anteriores é o fato de se derivar teoria de um conjunto de dados existentes e acessados empiricamente.

Os campos de conhecimento que deram origem à ciência política não contavam com instrumentos metodológicos de pesquisas empíricas tão apurados e, muitas vezes, precisavam começar as explicações pela criatividade teórica. Os cientistas políticos, em função de sua origem tardia, invertem o processo: dada a disponibilidade de instrumentos metodológicos de acesso à realidade empírica, a ciência política conclui o processo de produção do conhecimento com teoria. Um ponto que não pode ser desconsiderado nesse tipo de definição é que, uma vez utilizado determinado conjunto de dados empíricos para sustentar uma teoria, esses mesmos dados não podem validar a teoria, como acontece nos demais campos de conhecimento ligados à ciência política. Em vez de validar teorias com dados da realidade, cabe ao empirista ajustar as teorias existentes com novos dados ou com informações de outras fontes.

A pesquisa empírica relevante consegue identificar interações suficientemente fortes entre duas variáveis, normalmente chamadas de X e Y (KING; POWELL, 2008). Quando se busca explicação de dependência de uma sobre a outra, a variável Y é a dependente e a X é a independente ou explicativa. No entanto, nem sempre buscam-se as relações de dependência. Também é possível pesquisar outro tipo de associações entre as variáveis, portanto, nem sempre haverá uma variável dependente a ser explicada por outra. O pesquisador coleta informações suficientes da realidade para usá-las em testes estatísticos a fim de explorar as possíveis relações entre variáveis e associar essas relações com teorias já existentes. Com isso, consegue reduzir a complexidade da teoria a nível suficiente

para explicar os “achados” empíricos ou, de outra forma, ele pode encontrar novos fatos observáveis da realidade, coletar e analisar as informações para ajustar a teoria a eles. Afinal de contas, se concordamos que o que distingue a ciência política dos demais campos de conhecimento anteriores a ela é a afinidade ao mundo empírico como ponto de partida e se considerarmos que os atores, as instituições e as relações políticas estão em constante transformação, há um evidente antagonismo com as grandes teorias generalizantes que visam explicar todos os fenômenos.

Os argumentos apresentados aqui apontam que a forma como se faz pesquisa empírica distingue a ciência política das disciplinas que deram origem a ela. Nesse sentido, King e Powell (2008) apresentam duas metas principais para os estudos feitos a partir de dados da realidade sobre disputa de poder político. A primeira é a “sumarização de dados”. Examinar o que a realidade apresenta, organizar e descrever determinado contexto é um dos mais importantes objetivos de um cientista político. A segunda meta é “fazer inferências”. Além de todas as limitações impostas pela teoria inferencial, essa meta só é indicada para quando já se produziu a sumarização de informações sobre o objeto da pesquisa. A inferência é a parte da pesquisa científica que usa informações que podem ser acessadas pelo pesquisador para fazer afirmações sobre o que ele não conhece. A pesquisa inferencial vai além da simples descrição daquilo que existe e pode ser acessado pelo pesquisador. Ela também pode ser o tipo de pesquisa contrafactual, muito importante para identificar falhas nas explicações teóricas ou até mesmo a superação de teorias em função das transformações no mundo empírico. É o tipo de pesquisa que estuda fatos que podem existir em algum momento, dada uma situação hipotética. A inferência contrafactual é importante para a explicação dos fenômenos empíricos e precisa

ser mais usada nas pesquisas sobre política, pois permite predições a partir da realidade e não na forma ensaísta ou puramente especulativa, como ocorre em outros campos de conhecimento (KING; KEOHANE; VERBA, 2000).

Todo campo de conhecimento científico é dotado de método, alguns métodos são específicos e outros compartilhados por vários campos de conhecimento. O método é, por natureza, um subcampo de qualquer área científica. Não defendemos aqui que a centralidade do método é uma exclusividade da ciência política. Advoga-se que, dado o fato de autonomização da ciência política como campo específico de conhecimento sobre as disputas de poder ter ocorrido simultaneamente à adoção de técnicas interdisciplinares empíricas nos estudos sobre esse objeto, os cientistas políticos não podem abrir mão de pensar sobre as ferramentas metodológicas que usam (RAINER et al., 2012; SARTORI, 2004; SLIPAK, 2012). Elas não são um fim em si mesmo e não podem afastar o trabalho de pesquisa do mundo empírico, tornando resultados excessivamente abstratos ao dar relevância a modelos que representam a realidade ao invés da própria realidade representada pelos modelos.

Conclusões

A decisão de fornecer subsídios para “alimentar” uma ciência empírica que estuda as relações de poder foi eminentemente política. Analisar a democracia, suas características, pontos fortes e fracos é uma forma de empoderar os próprios sistemas democráticos, evitando possíveis refluxos em favor de modelos autoritários que, segundo a visão predominante dos anos 1940, foram os responsáveis pelos conflitos mundiais entre 1914 e 1945. A ciência política empiricamente dirigida ganha força nesse contexto. No mesmo período, em 1936, a Fundação Gallup realiza o primeiro

grande *survey* amostral em disputa eleitoral norte-americana antecipando os resultados da eleição presidencial daquele ano. Essa e outras experiências chamaram atenção para a força preditiva da pesquisa científica empiricamente dirigida.

No Brasil, em 1942, é fundado o Instituto Brasileiro de Opinião Pública e Estatística (Ibope) de pesquisas para fornecer informações de mercado à economia e aos governos, principalmente a partir de *surveys* amostrais. Em 1950 o Ibope começa a produzir periodicamente o chamado *Boletim das Classes Dirigentes*, com amostra de 600 entrevistas na capital do Brasil (na época Rio de Janeiro), sobre avaliação de governo, nível de satisfação da população e opiniões sobre políticas públicas. O financiamento de pesquisas sobre cultura política para comparar a “saúde da democracia” entre países começa poucas décadas depois, ampliando constantemente o alcance desse tipo de ferramenta a cada década. Em 1973 é realizada a primeira onda de *survey* do Eurobarometer; em 1983 estreou o Word Values Survey; em 1995 foi a vez do Latinobarómetro e, em 1999, o Afrobarómetro.

Ainda que a ciência política brasileira tenha começado sua institucionalização em meados da década de 1960, com a abertura dos Programas de Pós-Graduação em Ciência Política da Universidade Federal de Minas Gerais, em 1966, e no Instituto de Pesquisas Universitárias do Rio de Janeiro, em 1969, a multiplicação de programas ocorrerá com mais força apenas nas primeiras décadas do século XXI. Praticamente dobrarmos o número de programas de pós-graduação e de revistas especializadas nas duas primeiras décadas do século XXI.

Se por um lado a disponibilização de dados empíricos e a incorporação de técnicas de pesquisa interdisciplinares caracterizaram a ciência política tal como a conhecemos hoje, não se pode esquecer que ela só existe

como ciência em função de sua capacidade de analisar e interpretar dados da realidade. Manter equilíbrio entre o avanço das técnicas de modelagem estatística e conexão com a realidade empírica tem sido o desafio dos cientistas políticos na transição do século XX para o XXI. O aprofundamento no uso de técnicas estatísticas muito especializadas, em especial nos métodos quantitativos, pode afastar o cientista político de seu objeto de análise, esterilizando os resultados. O quadro piora quando se desconsidera a teoria estatística que sustenta os testes, o que pode resultar em análises que não representam a realidade e que, do ponto de vista técnico, desrespeitam princípios teóricos básicos. O exemplo mais comum é o uso de técnicas inferenciais em análises descritivas ou que utilizam dados de toda população – um equívoco banal que faz toda diferença para a interpretação dos resultados. Outro exemplo do descompasso entre princípios técnicos e objetivos científicos está no uso de técnicas de regressão próprias para séries temporais. A função original de uma análise de série temporal é a predição. Para isso, a modelagem técnica exige que alterações sazonais ou outros tipos de mudanças sejam normalizados. Só assim será possível fazer predição com alguma segurança sobre o que ocorrerá no futuro – ainda não conhecidos –, mas que dependem em alguma medida do que já aconteceu no passado. Pois bem, na maioria das vezes o que o cientista político quer ao fazer uma análise de série temporal não é um modelo adequado para prever o futuro, mas informações organizadas sobre o que aconteceu do passado até o presente. Assim, o cientista político tem mais interesse

nos fatores que alteraram a direção da curva ao longo do tempo do que nos que garantiriam a sua manutenção no futuro. Usar modelagens para neutralizar efeitos externos à passagem do tempo em uma análise de série temporal de opinião política, por exemplo, é desconsiderar o principal objetivo dessa ciência: descrever a realidade empírica tal como ela se deu.

Os cientistas políticos, do início do século XXI, estão prontos para evitar os excessos que enfraquecem a própria ciência política? E, para evitar o excesso da teoria prescritiva deslocada da realidade, como se faz em outros campos do conhecimento? Ou, por outro lado, evitar o excesso de modelagem estatística em busca de “números mágicos” que de distantes da realidade empírica não representam nada além de informações sobre si mesmos? O século XXI começa com uma cultura de produção e disponibilização de dados sobre política nunca vista antes. Os cientistas têm fontes empíricas para descrever e analisar a realidade das disputas de poder político. Agora é preciso dar um passo atrás para evitar os efeitos danosos dos ensaios teóricos e das modelagens altamente especializadas para consolidar a ciência política. As recomendações básicas para esse cenário são: (1) dar mais atenção à sumarização dos dados da realidade, em especial no uso de representações gráficas, quando o objetivo for descrever o fenômeno; e (2) se for o caso de fazer predição, lembrar da necessidade de respeitar os pressupostos teóricos da teoria inferencial. Descrição e inferência são dois objetivos distintos para quem faz pesquisa científica empírica. Não são necessariamente excludentes, mas também não precisam estar presentes em um mesmo estudo para torná-lo relevante.

Referências

ALCÁNTARA, M. Cuando hablamos de Ciencia Política, ¿de qué hablamos? *Revista Mexicana de Sociología*, Coyoacán, v. 93, n. 4, p. 147-178, 1993.

- _____. *El oficio de político*. Madrid: Tecnos, 2012.
- _____. La Ciencia Política en el primer cuarto del siglo XX. *Revista Boliviana de Ciencia Política*, La Paz, v. 1. n. 1, p. 7-23, 2017.
- ALMOND, G. *A discipline civeded, schools and sects in political science*. Newbury Park: Sage, 1990.
- AVILÉS, L. M. V. La ciencia política en las ciencias sociales. *Revista Reflexiones*, San Pedro de Montes de Oca, v. 1, n. 89, p. 179-183, 2010.
- BABBIE, E. *Métodos de pesquisas de survey*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2005.
- BARREDA, M.; RODRÍGUEZ, L. M. *Análisis de la política: enfoques y herramientas de la Ciencia Política*. Madrid: Huygens Editores, 2016.
- BETANCUR, N.; MANCEBO, M. E. ¿Cómo se forma a los científicos políticos en Iberoamérica? Análisis de las titulaciones de grado en Ciencia Política en doce países. *Revista Española de Ciencia Política*, Madrid, v. 43, p. 161-185, 2017.
- BOBBIO, N. Ciência Política. In: BOBBIO, N.; MATEUCCI, N.; PASQUINO, G. *Dicionário de política*. Brasília: Editora UnB, 1998.
- BRENNAN, G.; LOMASKY, L. *Democracy & decision: the pure theory of electoral preference*. Cambridge: Cambridge University Press, 1993.
- CAIN, B. et al. *The personal vote: constituency service and electoral independence*. Cambridge: Harvard University Press, 1987.
- CALVERT, R. Rational actors, equilibrium and social institutions. In: KNIGHT, J.; SENED, I. *Explaining social institutions*. Ann Arbor: Michigan University Press, 1995.
- CAMINAL, M. *Manual de ciencia política*. Madrid: Tecnos, 1996.
- CAMPBELL, A. et al. *Elections and the political order*. New York: John Wiley and Sons, 1966.
- CARMINES, E.; ZELLER, R. *Reliability and validity assessment*. California: Sage, 1979.
- CANO, I. Nas trincheiras do método: o ensino da metodologia das ciências sociais no Brasil. *Sociologias*, Porto Alegre, n. 31, p. 94-119, 2012.
- CASTELLS, M. *Comunicación y poder*. Madrid: Alianza, 2009.
- CHARNEY, E.; ENGLISH, W. Candidate gene and political behavior. *American Political Science Review*, Cambridge, v. 106, n. 1, p. 1-34, 2012.
- COLOMER, J. M. *Ciencia de la política*. Barcelona: Ariel, 2009.

- DAHL, R. A. *Who governs? Democracy and power in an American city*. New Haven: Yale University Press, 1961.
- DAVIS, J. A. *Levantamento de dados em sociologia: uma análise estatística elementar*. Rio de Janeiro: Zahar, 1976.
- DRUCKMAN, J. N.; BOLSEN, T. Framing, motivated reasoning and opinions about emergent technologies. *Journal of Communication*, Oxford, n. 61, p. 659-688, 2011.
- EASTON, D. *The political system: an inquiry into the state of political science*. New York: Knopf, 1953.
- EPSTEIN, L. KING, G. The rules of inference. *The University of Chicago Law Review*, Chicago, v. 69. n. 1, p. 1-209, 2002.
- FERES, J. J. Aprendendo com o erro dos outros: o que a história da ciência política americana tem para nos ensinar. *Revista de Sociologia & Política*, Curitiba, v. 15, p. 97-110, 2000.
- FIGUEIREDO, M. *A decisão do voto*. São Paulo: Sumaré, 1991.
- FIORINA, M. P. *Retrospective voting in American national elections*. New Haven: Yale University Press, 1981.
- GARWOOD, J. Quantitative Research. In: JUPP, V. *The Sage Dictionary of social research methods*. London: Sage, 2006.
- GERRING, J. *Social science methodology: a criterial framework*. Cambridge: Cambridge University press, 2006.
- GOODIN, R.; KLINGEMANN, H. K. Political science: the discipline. In: GOODIN, R.; KLINGEMANN, H. K. *A new handbook of political science*. Don Mills: Oxford University Press, 1996.
- GRAY, E. et al. Small Big Data: using multiple data-sets to explore unfolding social and economic change. *Big Data & Society*, Thousand Oaks, v. 2, n. 1, p. 1-6, 2015.
- GREEN, D. P.; SHAPIRO, I. *Pathologies of rational choice theory: a critique of applications in political science*. New Haven: Yale University Press, 1994.
- GUNNEL, J. American political science, liberalism, and the invention of political theory. *American Political Science Review*, Cambridge, v. 82, n. 1, p. 71-87, 1988.
- GÜNTHER, H. Pesquisa qualitativa versus pesquisa quantitativa: esta é a questão? *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, Brasília, v. 22, n. 2, p. 201-210, 2006.
- HATEMI, P. K.; BYRNE, E.; MCDERMOTT, R. "What is a gene and why does it matter for political science? *Journal of Theoretical Politics*, Thousand Oaks, v. 24, n. (3), 2012 (p. 305- a 327, 2012).
- HAN, B. C. *La sociedad del cansancio*. Herder: Madrid, 2012.
- HUNTINGTON, S. *El orden político en las sociedades en cambio*. Barcelona: Planeta, 1996.
- KENDALL, P.; LAZARSFELD, P. F. Problem of survey analysis. In: MERTON, R.; LAZARSFELD, P. F. (Orgs.). *Continuities in social research*. New York: Free press, 1950.

- KING, G. How not to lie with statistic: avoiding common mistakes in quantitative political science. *American Journal of Political Science*, Washington, DC, v. 30, p. 666-687, 1986.
- _____. On political methodology. *Political Analysis*, Cambridge, UK, v. 2, p. 1-30, 1991.
- KING, G.; KEOHANE, R. O.; VERBA, S. *El diseño de la investigación social. La inferencia científica de los estudios cualitativos*. Madrid: Alianza Editorial, 2000.
- KING, G.; POWELL, E. N. *How to not lie without statistics*. Massachusetts: Harvard University Cambridge, 2008.
- KITCHIN, R. Big Data, new epistemologies and paradigm shifts. *Big Data & Society*, Thousand Oaks, v. 1, n. 1, p. 1-12, 2014.
- LAMOUNIER, B.; CARDOSO, F. H. (Orgs.). *Os partidos e as eleições no Brasil*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.
- LAVAREDA, A. *A democracia nas urnas: o processo partidário-eleitoral brasileiro 1945-1964*. Rio de Janeiro: Editora Revan, 1999.
- LIJPHART, A. *Democracia en las sociedades plurales: una investigación comparativa*. Buenos Aires: Grupo Editor Latinoamericano, 1989.
- LINZ, J. J. La quiebra de las democracias. Madrid: Alianza Universidad, 1987.
- MAHONEY, J. A tale of two cultures: contrasting quantitative and qualitative research. *Political Analysis*, Cambridge, UK, n. 14, p. 227-249, 2006.
- MARCH, J. G.; OLSEN, J. P. The new institutionalism: organizational factors in political life. *American Political Science Review*, Cambridge, v. 78, n. 3, p. 734-749, 1984.
- MCEWEN, William P. The problem of social-scientific knowledge. New York: Bedminster Press, 1963.
- MERRILL III, S.; GROFMAN, B. A unified theory of voting: directional and proximity spacial models. Cambridge: Cambridge University press, 1999.
- MONROE, K. R. (Ed.). *Contemporary empirical political theory*. Berkeley: University of California Press, 1997.
- MORETTIN, P. A.; TOLOI, C. M. C. *Análise de séries temporais*. São Paulo: Edgard Blücher, 2004.
- NOHLEN, D. Instituciones políticas en su contexto: las virtudes del método comparado. Buenos Aires: Rubinzal-Culzoni Editores: Buenos Aires, 2007.
- OSTROM, E. *Understanding institutional diversity*. Princeton: Princeton University Press, 2005.
- PAGE, B.; SHAPIRO, R. The rational public. Chicago: University of Chicago Press, 1992.

- PHARR, S. J.; PUTNAM, R. D. *Disaffected democracies: what's troubling the trilateral countries?* Princeton: Princeton University Press, 2000.
- PINTO, J. *Introducción a la ciencia política.* Buenos Aires: Eudeba, 1995.
- POPKIN, S. L. *The reasoning voter: communication and persuasion in presidential campaigns.* Chicago: Chicago University Press, 1991.
- PUTNAM, R. D. *Comunidade e democracia: a experiência da Itália moderna.* São Paulo: FGV Editora, 1996.
- QUAN-HAASE, A.; MARTIN, K.; MCCAY-PEET, L. Networks of digital humanities scholars: the informational and social uses and gratifications of Twitter. *Big Data & Society*, Thousand Oaks, v. 2, n. 1, p. 1-12, 2015.
- RAINER B. et al. ¿De las “guerras” metodológicas al pluralismo metodológico? *Revista Española de Ciencia Política*, Madrid, v. 29, p. 11-38, 2012.
- RAGIN, C. *Constructing social research: the unit and diversity of method.* Thousand Oaks: Pine Forge Press, 1994.
- RELACIP. *La enseñanza de la Ciencia Política en las universidades de América Latina.* Rosario: Editorial Ciudad Gótica, 2010.
- REIS, F. W. (Org.). *Os partidos e o regime: a lógica do processo eleitoral brasileiro.* São Paulo: Símbolo, 1978.
- _____. O tabelão e a lupa. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, ano 6, n. 16. p. 27-41, 1991.
- ROSANVALLON, P. *La legitimidad democrática: imparcialidad, reflexividad y proximidad.* Barcelona: Paidós, 2010.
- ROSENBERG, M. *A lógica da análise do levantamento de dados.* São Paulo: Cultrix, 1971.
- SARTORI, G. La política como ciencia. In: SARTORI, G. *La política: lógica y método en las ciencias sociales.* 3. ed. Ciudad de México: Fondo de Cultura Económica, 2002. p. 225-260.
- _____. ¿Hacia dónde va la ciencia política? *Revista Política y Gobierno*, Ciudad de México, v. 11, n. 2, p. 349-354, 2004.
- SCHLICK, M. *El viraje de la filosofía.* Ciudad de México: Fondo de Cultura Económica, 1978.
- SIMÃO, A. O voto operário em São Paulo. *Revista Brasileira de Estudos Políticos*, Belo Horizonte, n. 1, p. 130-141, 1956.
- SHEPSLE, K.; BONCHEK, M. *Analyzing politics: rationality, behavior and institutions.* New York: W.W. Norton, 1997.
- SKINNER, B. F. *A ciência e o comportamento humano.* São Paulo: Martins Fontes, 2013.
- SLIPAK, D. Entre aporías y prescripciones. Una reflexión sobre la historia conceptual de lo político propuesta por Pierre Rosanvallon. *Foro Interno*, Madrid, v. 12, p. 61-80, 2012.

- PORTO, M. *Televisão e política no Brasil: a Rede Globo e as interpretações da audiência*. Rio de Janeiro: E-Papers, 2007.
- SOARES, G. A. D. Classes sociais, strata sociais e as eleições presidenciais de 1960. *Revista Sociologia*, São Paulo. v. 232, n. 3, p. 217-238, 1961.
- _____. *A democracia interrompida*. São Paulo: FGV Editora, 2001.
- _____. O calcanhar metodológico da ciência política no Brasil. *Sociologia, Problemas e Práticas*, Lisboa, v. 48, 27-52, 2005.
- TANAKA, M.; DARGENT E. (Eds.). *¿Qué implica hacer ciencia política desde el sur y desde el norte?* Lima: Pontificia Universidad Católica de Perú, 2015.
- TSEBELIS, G. *Veto players: how political institutions work*. Princeton: Princeton University Press, 2002.
- TOCQUEVILLE, A. *A democracia na América: leis e costumes*. São Paulo: Martins Fontes, 1998.
- TURGEON, M.; CHAVES, B. S.; WIVES, W. W. Políticas de ação afirmativa e o experimento de listas: o caso das cotas raciais na universidade brasileira. *Opinião Pública*, Campinas, v. 20, n. 3, p. 363-76, 2014.
- TURGEON, M.; RENNÓ, L. Informação política e atitudes sobre gastos governamentais e impostos no Brasil: evidências a partir de um experimento de opinião pública. *Opinião Pública*, Campinas, v. 16, n. 1, p. 143-59, 2010.
- VALLÉS, J. M.; MARTÍ, S. *Ciencia política: un manual*. Barcelona: Ariel, 2015.

Resumo

O papel da ciência política no discurso científico brasileiro: institucionalização e avanços de uma área em construção

O artigo discute a inserção do campo específico da ciência política como área própria dentro das ciências sociais. O processo de institucionalização internacional tem como ponto de partida, aqui considerado, o início do século XX. São apresentadas as principais etapas da institucionalização e características específicas da área. Na segunda parte, o texto trata da formalização da ciência política como campo de pesquisa no Brasil. O conjunto de técnicas chamado de métodos quantitativos aplicado a objetos empíricos é tratado como um dos indicadores da autonomização da politologia no Brasil. Outro deles é a formatação institucional em programas de pós-graduação e publicações científicas próprias dessa esfera.

Palavras-chave: Ciência Política; Pesquisa; Brasil.

Abstract

The role of Political Science in the Brazilian scientific discourse: institutionalization and advances of a field under construction

This article discusses the insertion of the specific field of Political Science as an area within Social Sciences. The starting point of the international institutionalization process is here considered in the beginning of the 20th century. The stages of institutionalization and specific characteristics of the area are presented. In the second part, the study discusses the formalization of Political Science as a field of research in Brazil. The set of techniques called quantitative

methods applied to empirical objects is one of the indicators of Political Science autonomy in Brazil. Another one is the institutionalization in postgraduate programs and scientific publications in the area.

Keywords: Political Science; Research; Brazil.

Résumé

Le rôle de la science politique dans le discours scientifique brésilien: institutionnalisation et avancées d'un domaine en construction

L'article traite de l'insertion du domaine spécifique de la science politique en tant que domaine des sciences sociales. Le processus d'institutionnalisation internationale prend comme point de départ le début du 20^{ème} siècle. Les principales étapes d'institutionnalisation et les caractéristiques spécifiques du domaine sont présentées. Dans la deuxième partie, l'article traite de la formalisation de la science politique en tant que domaine de recherche au Brésil. L'ensemble des techniques appelées méthodes quantitatives appliquées aux objets empiriques est considéré comme l'un des indicateurs de l'autonomie de la science politique au Brésil. Un autre indicateur est l'institutionnalisation des programmes de troisième cycle et des publications scientifiques.

Mots-clés: Science Politique; Recherche; Brésil.